

# A conjuntura internacional e a direita

17/12/2010

---

*Luiz Marques \**

Os EUA, contudo, não perderam a “liderança econômica e militar” no mundo. Aliás, cada vez menos “econômica” à medida que o centro da economia mundial desloca-se para a Ásia e cada vez mais “militar” como observou-se no Iraque com o objetivo de controlarem a torneira do petróleo no Oriente Médio (G. Arrighi, J. Silver, *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*, Contraponto ed., RJ, 2001). A vitória de Barack Obama para a Casa Branca sinalizou uma resposta à essa visível perda de prestígio do Tio Sam.

O fato é que, modernamente, a crise de hegemonia do poder unipolar tem sido substituída pela criação dos mercados regionais que hoje cumprem a tarefa de organização do conjunto da economia capitalista. Nenhuma expressão, neste sentido, tergiversa e encobre tanto o fenômeno em curso pelo uso midiático como a chamada “globalização”, por funcionar à maneira de uma cortina de fumaça e impedir que se veja a importância estratégica da formação da União Européia e do Mercosul. Sem tais articulações seria o caos.

A lógica da política não é mero penduricalho da economia, porém. Se a economia estadunidense desce a ladeira, a extrema direita norte-americana constrói o paradigma de um ideário e de um comportamento tipo exportação na política. Recém realizadas, as eleições legislativas revelaram a potência dos valores esgrimidos pela vertente extremista do Partido Republicano, o movimento Tea Party, que deu uma surra no Partido Democrata conferindo maioria aos conservadores nos governos estaduais, na Câmara e um quase empate no Senado onde os democratas tinham uma supremacia avassaladora, de 60 a 20 representantes.

“É de se notar que as guerras nas quais os EUA continuam a se atolar e desperdiçar fortunas não foram mencionadas na campanha: tornaram-se consensuais”, escreveu o articulista da Carta Capital (10/11/2010). O belicismo, refúgio da dominação exercida *manu militari* por Washington, anda agora junto com um programa que propõe um corte nos gastos públicos (não naqueles que sustentam a militarização), desregulamentações generalizadas (para fomentar a dinâmica de acumulação privada), inibição da reforma da saúde (pelo contingenciamento dos recursos financeiros) e a asfixia do ensino público (para fazer da educação uma mercadoria). Enfeixa o conjunto de dispositivos, que têm como âncora a questão fiscal, o empenho pela redução demagógica de impostos (para os ricos, bem entendido).

Ao tentar a concertação com a agenda dos republicanos, Obama acentuou seu isolamento em relação à população jovem, às minorias e aos pobres que não se sentiram motivados para sair de casa, aumentando o índice de abstenção num sistema em que o voto é facultativo e, os eleitores, necessitam ser motivados para participar do processo eletivo. O resultado foi a fragorosa derrota dos democratas nas urnas, que liberou o Federal Reserve (Fed, banco central) para inflar a base monetária e acirrar a disputa cambial nas relações internacionais com a desvalorização do dólar. Tal “política econômica”, simbolizada no corte de gastos em detrimento de investimentos estatais para retomar o crescimento e combater o desemprego, remete ao receituário que muitos analistas julgavam na lata de lixo da história. Inútil lembrar a catástrofe, a maior desde a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, cujas cicatrizes doloridas seguem abertas suscitando sofrimento e miséria. As nuvens no horizonte reiteram a tendência à estagnação econômica dos EUA e duras batalhas entre as nações em torno do câmbio.

A vitória de Dilma no pleito presidencial ocorreu nessa conjuntura contraditória, que aporta angústia ao Norte em contraposição à esperança despertada ao Sul pela ascensão da (centro-) esquerda na América Latina. Considerando que o Tea Party manifesta-se contra todos os órgãos de cooperação, a ONU, o G-20 e

ainda a OMC e o FMI, sem mencionar seu repúdio à ajuda para países em dificuldade e aos acordos ambientais para proteger a camada de ozônio, dá para depreender os efeitos cataclísmicos do direitismo que vem do frio. A utopia conservadora aponta para a dissolução do “contratualismo” que está na base do projeto acalentado pela modernidade, na direção de um “pós-contratualismo” que desfaria contratos de proteção aos indivíduos, grupos, classes e até continentes em situação de vulnerabilidade social e econômica. O ponto de chegada redundaria em um “fascismo societal” (Boaventura de Sousa Santos, *Reinventar la democracia, reinventar el Estado*, Clacso, Buenos Aires, 2006).

Para além da defesa de uma economia de mercado, como os neoliberais, os novos conservadores almejam uma SOCIEDADE DE MERCADO, em maiúsculas, em que a propriedade reine acima de qualquer ponderação social ou humanitária e em que a mercantilização seja a medida de todas as coisas. Na literatura da Ciência Política, essa linha de pensamento atende pelo nome de anarco-capitalismo, a corrente antiestatal do liberalismo que concebe o Estado como uma besta-fera nociva às ações, por definição, virtuosas da livre iniciativa. A mais leve intervenção sobre a racionalidade mercantil é tida como indevida pelos que acusam o primeiro presidente negro dos EUA de “socialista”, “anticolonialista” e “anti-empresarial” empurrando o ganhador do Nobel da Paz para um caminho que ele não parece capaz de evitar: a guerra com o Irã. Sem ousadia para enfrentar as forças da reação e expor o núcleo elitista das críticas que o vitimam, Obama age como o personagem de uma tragédia grega, impotente frente ao inexorável destino.

O padrão político da direita representada pelo Tea Party foi sintetizado na palavra-de-ordem “Obama tem de fracassar”, através de uma plataforma que transformou temas de foro íntimo, a exemplo do aborto, da fé religiosa, do homossexualismo e da perseguição aos imigrantes em eixos para a demarcação de campos ideológicos. O obscurantismo e o medievalismo de sua tática de persuasão do eleitorado expressou antes e depois uma total aversão aos assuntos públicos e à cidadania, ao mesmo tempo que afastou-os o quanto possível do indigesto debate sobre o papel do Estado em um contexto marcado pela desigualdade social, no qual urgem políticas de promoção da igualdade de oportunidades e de empregos.

No Brasil, essa atitude preconceituosa e xenófoba foi reatualizada na campanha tucana, em especial no segundo turno das eleições presidenciais e no discurso de José Serra depois de encerrada a apuração. O “até logo”, “não foi dessa vez”, no arrogante pronunciamento do prócer derrotado pela vontade soberana do povo, souu como uma paródia do brado revanchista dos republicanos. Traduzindo: “Dilma tem de fracassar”. A senha foi compreendida pela grande mídia demotucana imediatamente. Dia seguinte, teve então início o terceiro turno sob a falsa denúncia em manchetes garrafais de que a candidata eleita pretendia reinstituir o imposto sobre as movimentações financeiras, a CPMF, numa prova de estelionato eleitoral do PT. Pouco importou esclarecer que há um projeto de lei há meses tramitando no Congresso Nacional e de que a sugestão viera dos governadores estaduais eleitos. Reiniciava o jogo sujo. As falhas técnicas no ENEM, que atingiram menos de 1% dos estudantes, serviram de ensejo para reiterar as pechas de “má gestão” e mesmo “corrupção” no governo Lula. Pouco importou a nota explicativa da gráfica que confeccionou as provas para o exame que democratizou o acesso às universidades federais. O importante é a geração contínua de escândalos políticos pré-fabricados.

No Rio Grande do Sul, a mensagem agourenta foi trazida pelos deputados Germano Bonow (DEM) e Osmar Terra (PMDB) que apressaram-se em organizar um “jantar de confraternização” entre os partidos do reacionarismo no pleito vencido pelo petista Tarso Genro, já no primeiro turno. “Tarso tem de fracassar com a Dilma, por isso não podemos nos dispersar”, eis a tônica que animou os presentes na reunião e articulou-os “porque a luta continua pela liberdade (leia-se, do mercado) e pela democracia (leia-se, do capital)”. A intenção da turma do contra será a de acordar os demônios adormecidos no Brasil e no RS profundos, atiçar os ressentimentos das classes médias contra as políticas distributivas de renda e criar empecilhos a uma reforma tributária que se paute pela progressividade e pela justiça social. Parafraseando La Pasionaria frente aos avanços dos fascistas na Espanha dos anos 30, devemos repetir alto e bom som: “no pasarán”!

\* Luiz Marques é professor de Ciência Política na UFRGS.